

A ocupação e organização espacial do território paranaense face aos recursos da natureza

Leonor Marcon da Silveira

Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

RESUMO. Este estudo teve por objetivo identificar relações entre a ocupação e organização espacial do território paranaense e os recursos da natureza. Para tanto, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, na observação em campo e em entrevistas com moradores antigos, de diferentes localidades. Por questão metodológica, foram adotadas como roteiro os diferentes períodos econômicos transcorridos no Estado do Paraná. Entretanto, o não-aprofundamento nas questões relativas aos impactos ambientais decorrentes desses períodos econômicos, não significa a intenção de negá-los.

Palavras-chave: ocupação, organização espacial, recursos da natureza, relações.

ABSTRACT. The occupation and space organization of the state of Parana and its natural resources. This study identifies the relation between occupation and space organization of the state of Paraná and its natural resources. Research was undertaken in several places by means of extensive bibliographic research, observations and interviews with long time residents. The different economical periods were adopted as a working method. However, the lack of extensive analyses on problems related to the impact of the economical periods doesn't imply that they have been suppressed.

Key words: natural resources, occupation, space organization, relationship.

É evidente que no Estado do Paraná, num primeiro momento, os recursos da natureza, cuja exploração foi sempre determinada pelo momento econômico vigente, representaram o fio condutor do processo de ocupação e organização espacial. Dessa feita, determinado elemento da natureza foi, em dado tempo, eleito pelo interesse do capital, e o espaço de sua ocorrência foi organizado e dotado da infra-estrutura necessária ao seu aproveitamento.

Na perspectiva de Ribeiro (1989-b:55),

(...) o espaço é organizado como via de sustentação e reprodução do modelo social vigente. Assim no território que ocupa, a sociedade cria sua materialidade e dela se sustenta, consumindo-a direta ou indiretamente.

Prosseguindo, o autor justifica que, apoiado nessa concepção, persegue um sentido para os elementos da natureza, no entendimento da organização espacial. Busca entender o processo de transformação da sociedade ao longo de sua história e sua relação com as alternativas oferecidas pela natureza, como recursos necessários à produção de sua base material e à reprodução do seu sistema organizacional, apoiando as relações de poder. Assim, certas áreas territoriais paranaenses acabaram

por se identificar com determinados sistemas de produção, criando espaços diferenciados entre si.

Para Duarte e Maricato (1968:100), a atual organização do espaço agrário, na região Sul do Brasil, na qual está inserido o território paranaense, reflete a combinação de diferentes fatores materiais e humanos que atuaram em fases e áreas diversas, entrosados com graus de intensidade diferentes. Ora o fator material desempenhou papel mais destacado, ora o fator econômico foi o responsável por uma característica mais atuante da utilização da terra ou da estrutura agrária.

Continuando, os referidos autores apontam o clima como um dos fatores materiais que mais influíram na introdução de diferentes lavouras nessa região, e isso veio refletir-se na organização do espaço regional.

Ainda conforme a referida obra, a ocorrência do clima subtropical ao sul do paralelo 24°S foi o fator do não-desenvolvimento de lavouras tropicais nessas áreas. Por essa razão, o Sul do Brasil desconheceu o sistema de "plantation", retardando-se, como conseqüência, o seu povoamento, em relação às demais regiões brasileiras.

Embora o norte paranaense possa representar o limite meridional para as culturas tropicais, essa

porção territorial só foi efetivamente ocupada bem mais tarde, uma vez que a economia cafeeira se manteve aí em situação periférica até os anos 30.

Conforme Duarte e Maricato (1968:101), o clima subtropical foi um dos fatores de atração aos europeus não-portugueses para o Sul do Brasil. Essa população teve grande participação na estruturação do espaço agrário, onde o trabalho familiar foi marcante na produção de alimentos e a pequena propriedade é mais característica.

Segundo Balhana *et al* (1969) *apud* Swain (1988:21), no Paraná, apesar da persistente presença de grandes latifúndios, a pequena propriedade se instala próximo das cidades e vilarejos desde o séc. XIX, no leste do Estado. Todavia, a presença de minifúndios se acentua a partir dos anos 30-40 deste século, quando a economia cafeeira atinge o norte do Estado e se estende segundo os planos da ocupação dirigida (Swain, 1988:21).

Sobre a mesma questão, Silva (1980:11) coloca que as frentes expansionistas de povoamento na região do atual Estado do Paraná datam dos séculos XVII e XVIII.

O autor considera ainda que os séculos XVII e XVIII caracterizam a fase de ocupação e início do desenvolvimento socioeconômico no Paraná e têm na região litorânea, áreas dos Campos de Curitiba e dos Campos Gerais, seu ponto de referência.

Embora essas faixas de penetração apresentem realidades socioeconômicas e geográficas muito diferentes entre si, constituem o espaço territorial representativo do “Paraná Tradicional”. E é a partir daí que são delineadas as bases sociais e econômicas que serviram como ponto de apoio para o desenvolvimento das demais áreas paranaenses (Silva, 1980:11).

O ciclo do ouro

Na ótica de Silva (1980:13), o litoral paranaense e os Campos de Curitiba, ao iniciarem sua economia baseada na exploração do ouro, aliada a um pequeno e incipiente comércio, contrastam com os Campos Gerais, centro produtor de grande escala, onde se desenvolvia a atividade pastoril e os proprietários da maior parte do capital eram paulistas.

O declínio econômico de Paranaguá, segundo Carmo (1981:37), manifesta-se com a decadência da extração do ouro desde o início do séc. XVIII, tendo-se verificado o apogeu desse recurso mineral no Paraná nas últimas décadas do séc. XVII, antes da descoberta das Minas Gerais. A partir do momento em que a atividade principal (condutora) entra em declínio, as demais economias por ela geradas (agropecuária e manufatura de baixo padrão), também declinam, passando por um período de subsistência.

Segundo o autor, devem-se ao ciclo do ouro o início da ocupação do território paranaense e a formação dos primeiros núcleos urbanos. Estes, após essa fase, entram em declínio. Alguns sobrevivem apoiados na economia de subsistência até adentrarem em outros ciclos.

O ciclo do tropeirismo

Carmo (1981:39) considera que nos séculos XVIII e XIX o Paraná, que ainda era província de São Paulo, passa a ter outro sentido de ocupação, não mais leste/oeste, mas sul/norte, através dos Campos Gerais, delineados pelos caminhos de tropas de muares e rebanhos bovinos vindos do Rio Grande do Sul rumo a Sorocaba-SP, entreposto comercial que se fez famoso em apoio ao surto de ouro das Minas Gerais. Para Silva (1980:17), a região dos Campos Gerais é uma área que apresenta clima, solo, relevo e vegetação favoráveis ao desenvolvimento da pecuária.

Barthelmess (1962:46) aponta que quase todas as cidades e vilas do Paraná Velho (constituído pela sociedade campeira) nasceram sob o impulso da economia pastoril, quer como centros de convergência local da atividade social de um grupo de fazendas próximas, quer como estações de pouso das tropas e de rebanhos procedentes das pastagens gaúchas ou formadas no próprio Paraná, que se dirigiam para o mercado paulista ou mineiro. Esses núcleos urbanos surgidos na época do tropeirismo são representados hoje pelas cidades de Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, entre outras.

Ressalta ainda o citado autor (*ibidem*) que as cidades dessa geração histórica enfileiraram-se, em geral, equidistantemente, ao longo da antiga rota Viamão-Sorocaba, separadas umas das outras pela distância de um dia de viagem a cavalo, analogamente ao que se verifica sobre outros roteiros do Sul do Brasil.

Ainda conforme esse autor, contemporaneamente ao surto pastoril do planalto, verificou-se um esforço de penetração de leste para oeste, com base no litoral, onde já existiam antigos núcleos urbanos, aos quais o ouro havia dado uma justificação econômica transitória. Agora, com o precioso metal começando a esgotar-se, a penetração para o interior tornou-se imperiosa.

Para o referido autor, Paranaguá passou a comandar uma política colonizadora de inspiração oficial. Ultrapassando a serra do Mar, os picadões entrelaçaram-se com as rotas planaltinas numa conjugação funcional. Dessa feita o entrelaçamento de tais rotas com o caminho do mar deu-se justamente em Curitiba, que assim pôde tornar-se o centro de cristalização da tendência regionalista e evoluir para uma função de liderança, cujo reconhecimento se fez

em sucessivas etapas, transpondo o pântano das várzeas e galgando lentamente as encostas das colinas (desde o século XVII). Curitiba foi gradativamente se afirmando como núcleo urbano, em razão direta do desenvolvimento da pecuária no planalto, de que se tornou a chave.

Ainda conforme esse autor, no século XVIII intensificou-se o deslocamento da população do litoral para o planalto, de maneira que de 1780 em diante foi se acentuando cada vez mais o predomínio de Curitiba, finalmente escolhida para capital da província do Paraná (ainda em 1853).

A mata também teve seu papel na fase pastoril, estendendo-se pelos vales como mata ciliar ou intercalada aos campos naturais em forma de capões. Era aí que se faziam as roças de subsistência ou soltavam-se o gado para suprimento de pastagem.

A origem dos campos naturais do Paraná ainda é uma questão polêmica. Todavia, segundo Maack (1953:439), encontravam-se dentro das matas pluviais tropicais e subtropicais em forma relictual. Ainda segundo o mesmo autor, as condições ambientais (no Quaternário) permitiam às matas avançar sucessivamente sobre os campos. Somente no momento atual o homem civilizado fez reverter o processo com as sucessivas derrubadas e queimas; a mata foi recuada, dominando novamente a estepe e a savana no seu terreno primitivo.

Conforme Dean (1996:23), “a história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição”.

Barthelmess (1962:48) aponta que o povoamento da mata de araucária se fez a partir dos campos, sem solução de continuidade. Desde o início os fazendeiros preferiam os contatos entre os campos e as matas para a sede de suas propriedades, pois estas últimas, além de servirem como pastagem alternativa, no período de inverno, quando os campos naturais estão secos, ali faziam-se as roças no verão e dali extraíam-se a lenha e a madeira que abasteciam as fazendas e as cidades.

Ademais, no sub-bosque das matas de araucária encontrava-se a erva-mate (*Ilex paraguayensis*), cuja exploração acabou por se constituir na primeira atividade econômica autônoma da região dessas matas (Barthelmess, 1962:49).

Conforme Carmo (1981:37), com o declínio do ciclo do ouro brasileiro, entra em decadência a atividade tropeirista, mas o impacto não se faz sentir sobre a renda interna como aconteceu no ciclo do ouro paranaense. É que desde algumas décadas atrás a extração da erva-mate já havia surgido como outra atividade econômica.

Ciclo da erva-mate

A exploração da erva-mate em caráter comercial alcançou seu pico por volta de 1925. Embora hoje

signifique relativamente pouco para a economia paranaense, houve época em que representava 85% da produção total do Estado (Barthelmess, 1962:49).

Segundo Swain (1988:22), a economia do Estado do Paraná, autocentrada até o século XVII, volta-se progressivamente para a exportação do gado e do mate. É assim que o Estado retoma, em escala reduzida, o modelo brasileiro, exportador de matérias-primas, que transforma a economia em “espelho” onde se refletem todas as crises e flutuações do mercado internacional relativas a preços e demanda. Por outro lado, a exploração da erva-mate conduz também à expansão da grande propriedade no Paraná em decorrência das grandes concessões de terras às companhias privadas que se destinavam a sua produção. Entretanto os imigrantes, distribuídos em mais de 100 “colônias”, constituíram-se um contrapeso a essa tendência.

Ainda segundo esse autor, em 1880 a colonização enquadrada pelo governo é abandonada e substituída pela colonização privada, que até 1900 implantaria mais de 40 colônias. Algumas prosperaram em virtude da proximidade de cidades ou vilarejos já estabelecidos, outras desapareceram vítimas do isolamento e da falta de infra-estrutura. Desse modo, o povoamento tende a se concentrar em torno das cidades antigas, especialmente no leste do Estado, de maneira que, no início do séc. XX, dois terços do território paranaense ainda se encontravam praticamente despovoados, com imensas florestas cobrindo seus solos.

As cidades do ciclo do mate, para Barthelmess (1962:52), tiveram sua vida econômica repentinamente estagnada, quando na década de 1930 a produção crescente do mate na Argentina abalou os alicerces do mercado ervateiro.

Ciclo da madeira

A extração da madeira sempre foi uma atividade econômica paralela à do sistema condutor de economia paranaense. Para Carmo (1981:45), a exportação de madeira toma incremento após a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, no final do século XIX. Entretanto, para Barthelmess (1962:53), a exploração industrial do pinho (madeira principal) tomou impulso quando surgiu o caminhão, por volta de 1930, o qual funcionou, do ponto de vista econômico, como um redutor de distâncias, colocando ao alcance das exportações os grandes pinhais da borda ocidental-meridional do Segundo Planalto e do Terceiro Planalto paranaenses.

Para esse autor, a indústria do pinho, foi ativada em 1939 pela 2ª Guerra Mundial, que privou a região platina do seu suprimento tradicional de madeiras nórdicas. Essa atividade econômica reorganizou o referido espaço regional paranaense, absorvendo a mão-de-obra excedente do mate, que

acabava de ser abandonado por força da enorme crise motivada pela política autárquica argentina.

Entretanto, o autor está de acordo com o observável: a serraria, apesar de formar uma concentração populacional própria, não se integrou na região, permanecendo como um corpo estranho. Uma vez esgotada a floresta, transferia-se para outra localidade, levando tudo consigo, inclusive as casas dos operários, deixando atrás de si a região devastada, sem que tivesse construído nada de definitivo que pudesse fixar duradouramente as populações ou estabilizar a economia.

Por outro lado, Barthelmess (1962:54) aponta que a exploração do pinho no Paraná contribuiu para o equilíbrio das diversas áreas geoeconômicas do Estado, no sentido de que, com a concentração das fortunas da madeira em Curitiba, a posição da capital paranaense ficou fortalecida.

Na década de 1920, período áureo da exportação do mate e precedente ao surto de exportação da madeira, segundo Swain (1988:25), um novo e amplo movimento de povoamento penetra no território paranaense. Vindos do sul, os gaúchos descendentes de imigrantes europeus se instalam no sudoeste do Estado, mantendo-se isolados dos centros comerciais do leste e do litoral por causa da precariedade dos meios de transporte, obstáculo que só é superado no final dos anos 50, quando o governo inicia um programa de organização de infra-estrutura territorial. Até essa data os referidos colonos viviam no âmbito de uma economia de subsistência assentada no trabalho familiar e numa estrutura agrária de pequenas e médias propriedades.

Para Corrêa (1970:88), o sertão florestal do sudoeste paranaense, antes da vinda dos colonos, foi habitado por uma população de luso-brasileiros que se dedicavam a uma atividade extensiva. Esses pioneiros anônimos eram conhecidos genericamente como caboclos pela população que mais tarde ocupou a região.

Para o autor, a penetração desses luso-brasileiros nas matas do sudoeste paranaense, a partir de 1900, constituiu-se numa “sorradeira infiltração”. Havia sucessores empobrecidos e agregados de alguns fazendeiros dos Campos de Palmas, dos Campos de Guarapuava, dos Campos Gerais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que se embrenharam sertão adentro com suas famílias, instalaram-se em terras de dono ignorado ou do Estado. Entretanto, havia também foragidos da Justiça, procedentes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do próprio Paraná, que encontravam aí excelente refúgio

Ainda conforme esse autor, um outro tipo de ocupantes dessa região, não luso-brasileiros, era constituído por argentinos e paraguaios que ali penetravam, sobretudo junto à fronteira argentina, visando à extração da erva-mate. Todavia, após o

declínio desse produto, a maioria foi embora, de modo que em 1940 representavam apenas 1% da população regional.

Bernardes (1953), *apud* Corrêa (1970:89), refere-se à erva-mate como fator de povoamento:

A crescente valorização desse produto florestal foi fator de penetração nas áreas de mata onde os ervais nativos formavam o sub bosque.

Para Corrêa (1970:89), o sudoeste paranaense, que até fins do século passado não despertava nenhum interesse econômico, passou a exercê-lo a partir do início deste século, em virtude da exploração da erva-mate e das possibilidades da criação de porcos.

Os safristas

Conforme Corrêa (1970:89), o crescente consumo de banha brasileira, que o comércio importador não podia suprir em razão dos preços elevados dos artigos importados, possibilitou o surgimento de frigoríficos. Desse modo, em 1920 já havia o Frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva e dois produtores de banha em Ponta Grossa. A presença dessas unidades produtoras, que proliferaram rapidamente nas décadas seguintes, nas proximidades ou no interior da região, fez que a criação de porcos ficasse mais valorizada que a extração do mate, constituindo-se no principal fator de atração da população luso-brasileira para o sudoeste paranaense.

A partir de 1945-50, outro grande fluxo de colonos vindos do Sul, gaúchos e catarinenses descendentes de italianos e alemães, penetrara na região. O fato, segundo Swain (1988:25), constituiu-se numa espécie de cadeia de povoamento que iria de encontro ao fluxo vindo do norte do Estado no final da década de 50.

A onda de colonizadores gaúchos e catarinenses ultrapassa o Rio Iguaçu, seguindo pelo Rio Paraná até a altura de Campo Mourão, onde se defronta com a frente de colonização do café, formada por paulistas, mineiros, nordestinos que, ao contrário vinham do Norte para o Sul. (Balhana, 1969 apud Hespanhol, 1993:22).

À medida que os colonos iam chegando, os “caboclos” iam vendendo suas posses e penetrando em áreas mais remotas, instalado-se em lugares isolados para criar porcos. Muitos atravessaram o rio Iguaçu, indo se instalar em terras do oeste paranaense. Conforme Corrêa (1970:91), as atividades de produção e a vida de relações dessa população luso-brasileira caracteriza-se, numa primeira fase, por uma forte subordinação à economia ervateira, e, numa segunda fase, à criação de porcos.

Muitos dos colonos que substituíram os caboclos no oeste e especialmente no sudoeste paranaense se dedicaram à atividade suinocultora, pelo menos num primeiro momento. Para isso concorreram vários fatores, como o esgotamento e os baixos preços do mate; a presença de frigoríficos; as condicionantes ambientais naturais, como clima, solo e topografia, que impediam ou dificultavam o cultivo, na região, de outros produtos também demandados na época, como por exemplo o café.

Todavia, o apogeu da referida atividade econômica foi seguido pela soja, que passa a figurar na região a partir da década de 60. Acredita-se que o capital acumulado com a suinocultura e pelas serrarias constituiu a base econômica para o desenvolvimento regional da cultura da soja, uma vez que essa cultura, voltada para a exportação, requer investimentos de grandes capitais em maquinaria e implementos agrícolas.

Enquanto no sudoeste se fortalecera a atividade suinocultora, no norte do Paraná desenvolveram-se as lavouras de café.

A cultura do café

Müller (1956: 57) considera que, embora tenha sido a terra roxa o elemento básico da penetração do café no norte do Paraná, parece não ser sua ocorrência o fator essencial na delimitação da expansão das lavouras cafeeiras no Paraná. Na realidade, alcançaram essas lavouras também os solos arenosos da região do arenito Caiuá, que cobre o basalto em partes do norte e no extremo noroeste do Estado.

Embora tenha ocorrido cultivo de cafeeiros em áreas climáticas não adequadas, segundo Müller (1956:57) o clima constituiu-se em limite bem mais rígido que o solo à expansão da cafeicultura, no Estado do Paraná:

(...) de fato tem o Norte do Paraná, clima de transição entre o tipo sub-tropical, que caracteriza a maior parte do Terceiro Planalto, ao Sul do Ivaí e o tropical de altitude do Oeste Paulista. Assim sendo à medida que se caminha para o Sul a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas vão tornando impraticável a cultura do café: (Müller, 1956:57)

Balhana *et al.* (1969: 83) apontam que o rápido e surpreendente processo de ocupação do norte do Paraná constituiu-se num fenômeno resultante da conjugação de vários fatores, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras; a situação econômica nacional no contexto internacional depois da “crise de 1929”; a evolução da cafeicultura paulista nesse período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 30. Some-se a isso a proibição de novos

cultivos de café pelo governo do Estado de São Paulo.

A autora (p. 84) também faz referência ao clima como fator limitante à expansão da cafeicultura no norte do Paraná:

Como se sabe, a cultura do café exige uma combinação conveniente de solos e climas. Se os solos do Norte paranaense em grande parte constituído de terras roxas de excelente qualidade – não oferecia barreiras ao cultivo do café, o mesmo não se dava com o clima nem sempre favorável.

Para Carmo (1981:47), a ocupação norte-paranaense foi um fenômeno oriundo da expansão da fronteira agrícola do café paulista. Teve início de forma branda no final do século XIX, ocupando primeiramente a região de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz e São José da Boa Vista. Todavia, essa ocupação só tomou grande impulso a partir de 1920, em decorrência do rápido aumento do preço do café no mercado internacional a partir da 1ª Guerra Mundial.

Na opinião do referido autor, as regiões produtoras de café do Estado de São Paulo não tinham condições de atender à crescente demanda, em virtude da “broca” em 1924 e de, em certas áreas, os solos já se apresentarem esgotados, determinando a queda na produtividade do café. Além disso, a urbanização rápida, ocorrida em razão do progresso econômico gerado pela atividade cafeeira, em certas cidades como Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, aumentou a demanda por alimentos e conseqüentemente fez aumentar os preços das terras de plantar próximas a esses centros urbanos.

Para Carmo (1981:48), o fluxo migratório paulista teve início atraído pela excepcional qualidade das terras norte-paranenses, e pela mesma razão tiveram início as migrações de mineiros e nordestinos.

Esses autores, assim como outros estudiosos do norte do Paraná não referenciados aqui, como Souza (1968)¹ e Bernardes (1952)², destacam a qualidade da terra roxa como fator preponderante no processo de efetiva ocupação e organização espacial dessa região do Estado, na primeira metade do século XX. No entanto, o fator clima aparece paralelamente ao fator solo como forte limitante da expansão da cultura cafeeira em direção sul.

Assim sendo, evidencia-se a importância do potencial ecológico determinado por tais elementos da natureza (solo e clima) à exploração econômica da cafeicultura no Paraná. Por seu turno, Maack

¹ Souza, Maria Adélia Aparecida de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. *Boletim Paulista*, 46:38-87, 1971.

² Bernardes, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, 22:55-95, 1956.

(1953:438) e Maack (1981:274) já alertavam sobre os impactos climáticos que poderiam advir em decorrência da devastação das matas pluviais e da sua substituição por cafezais. Estudos sobre o assunto estão sendo realizados, mas ainda não estão efetivamente concluídos.

Outra questão interessante abordada por Carmo (1981:48) é o peso da “cultura paulista” no referido processo de ocupação e organização espacial. De fato, o centro econômico da atividade cafeeira do Paraná, durante muito tempo, foi São Paulo e não Curitiba. Assim, a região cafeeira por um longo período constituía-se em um núcleo isolado do restante do Estado.

A influência paulista na cafeeira paranaense é apontada também por Müller (1956:91), quando se refere à população de Londrina como uma amostra do povoamento do norte do Paraná: “92,1% de brasileiros e 7,9% de estrangeiros”. Dos nacionais, 70% de paulistas, 15% de mineiros e 10% de paranaenses. Os primeiros proprietários das lavouras de café paranaenses eram predominantemente descendentes de imigrantes do Estado de São Paulo, já com tradição em lidar com o café.

Conforme Moro (1991:43), na região norte do Paraná, instalou-se desde o início de sua ocupação, na maioria dos estabelecimentos rurais, a monocultura comercial do café, voltada para a exportação, e se estendeu até os anos 60. Passa esta então a ser inviável em decorrência de uma conjuntura político-econômica desfavorável à manutenção do referido produto como única fonte de divisas.

Durante algumas décadas, o café foi o principal produto de exportação do Estado do Paraná, embora articulado à economia paulista.

A produção máxima das lavouras de café paranaenses ocorreu por ocasião da safra de 1961/62, alcançando a área de 1.620.798ha e uma produção de 2.555.155t.; o equivalente a 58,32% da produção brasileira (Moro, 1991:63). Entretanto, ainda segundo o autor citado, no início da década de 60 (safra de 1961) sobreveio o problema da superprodução, desequilibrando a relação entre a oferta e a procura, e instalando-se sobre a cafeeira brasileira uma acentuada crise de mercado que levou o governo brasileiro a mudar o rumo de sua política agrícola. Esta foi então orientada, num primeiro momento, para a erradicação de cafeeiros considerados antieconômicos e sua substituição por pastagens.

Uma seqüência de geadas na década de 60 resultou em diminuição das safras, mas o fator mais relevante foi a aplicação do Plano de Erradicação de Cafeeiros Antieconômicos - 1962-69, que levou o estoque brasileiro de café praticamente a zero. A partir de 1969, o Instituto Brasileiro do Café - IBC

passou a incentivar o Plano de Modernização da Cafeicultura, que antes era relegado a segundo plano em termos de prioridade. De 1962 a 1969, pastagens e lavouras brancas (milho, feijão, arroz e até soja) substituíram os cafeeiros erradicados

Enquanto declinava a participação da cultura cafeeira na economia agrícola paranaense, as lavouras de soja e trigo, estimuladas pelo capital financeiro, tinham sua participação aumentada (Moro, 1991:76). Na década de 70, parte razoável das terras do norte paranaense, assim como do oeste e sudeste do Estado, apresentou-se como importante recurso da natureza ao desenvolvimento da cultura da soja. Especialmente após a construção da rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, a região de Cascavel, Toledo e Palotina teve grande impulso desenvolvimentista.

Para Moro (1991:74), a cultura da soja associada com o trigo no norte do Paraná passa a ampliar sua área de cultivo à custa de áreas antes ocupadas por lavouras de café e, em segundo plano, em menor escala, em áreas ocupadas por outras atividades produtivas.

A cultura associada da soja e trigo

O plantio da soja, iniciado no norte do Paraná nos meados da década de 60, como substitutivo do café em algumas áreas (e pastagens em outras) toma grande impulso na década seguinte.

Na década de 70 verifica-se seu “boom”, e a demanda externa apresentou anos propícios à sua comercialização (Carmo, 1981: 54).

O sucesso dessa cultura independe da fertilidade natural da terra, podendo esta ser artificialmente corrigida com certa facilidade. Entretanto, constituem suas principais condicionantes naturais a profundidade, a friabilidade dos solos e o percentual de declividade do terreno, entre outras de menor significância, que inviabilizam a utilização de máquinas e implementos agrícolas.

Quanto ao fator clima, a soja adaptou-se praticamente a todas as latitudes no Estado do Paraná, por ser uma cultura de verão, de ciclo curto.

Para Leão (1989:39), a soja constituiu-se no principal vetor de modernização agrícola, dispondo de tecnologia moderna para a sua produção e preços favoráveis.

Moro (1991:100) considera que a substituição da cultura comercial do café pela cultura associada da soja e trigo é fruto, em certa medida, do processo de modernização da agricultura do norte paranaense, caracterizando uma nova fase de desenvolvimento da agricultura regional. Para esse autor, essa modernização agrícola estendeu-se, em maior ou menor grau, a outras culturas, segundo o interesse do capital e do Estado.

A modernização agrícola³ provocou profundas transformações no campo, tanto em relação aos processos produtivos quanto em relação à organização espacial, às relações de trabalho e conseqüentemente à questão social.

Leão (1989:39) afirma:

(...)as transformações no campo paranaense, nos anos setenta, possuem uma dimensão agrícola e uma dimensão agrária, ligadas como faces de um mesmo conjunto de mudanças. Nesse período a agricultura paranaense, dinâmica e diversificada, passa também à moderna e tecnificada. Ao mesmo tempo a modernização implica em novas formas de organização da produção afetando a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos e a comercialização destes produtos.

Foi nessa época (anos 70) que se verificou o maior fluxo do êxodo rural e acentuado processo de concentração da posse da terra no norte do Paraná. Os pequenos proprietários arrendavam ou vendiam suas terras aos detentores de capitais maiores, porque não tinham recursos ou não compensava investir grandes somas em maquinaria e implementos agrícolas.

Conforme Leão (1989:39), o rápido crescimento da área cultivada com soja chama a atenção. De inexpressivo produto no início da década de 60, passa a principal produto agrícola do Estado entre 1970 e 1980.

Conforme Moro (1991: 81), a área da cultura da soja, assim como a do trigo, no começo da década de 80, apresenta, em âmbito estadual, uma tendência à estabilização. Contudo, em âmbito regional norte-paranaense, continuou a expandir-se, porém em ritmo menos acelerado.

A área da cultura da soja, produto esse também voltado para a exportação, assim como a dos demais produtos que caracterizaram os diferentes ciclos econômicos do Estado do Paraná, sempre esteve na dependência do mercado externo e os preços, de modo especial, dos “azares climáticos” nos Estados Unidos, maior produtor mundial da referida leguminosa. Os “anos ruins” na América do Norte oportunizaram grandes lucros para os produtos nacionais.

Na perspectiva de Carmo (1981:57), a ocupação e o desenvolvimento das atividades econômicas, no Paraná, tiveram como principal indutor o mercado internacional. Assim foi no ciclo do ouro, no tropeirismo, no ciclo da erva-mate, no ciclo da madeira e também em relação ao café e à soja. Para o referido autor, as exportações primárias

consolidaram o Estado na medida em que levaram à ocupação de sua fronteira agrícola; e por outro lado garantiram substancial geração de divisas para o processo brasileiro de industrialização, a partir do modelo de substituição das importações.

Na observação de Ribeiro (1989-a:19),

A expressão geográfica da estrutura econômica colonial dinamizada pelas relações de dependência entre a colônia e a metrópole e posteriormente, entre a potência industrializada e o país produtor de matérias-primas, se materializa em princípio pela disposição de seus quadros paisagísticos naturais vistos, então, como recursos. A estes segue-se a organização social e econômica capaz de encarregar-se da apropriação da parte “interessante” destes recursos da natureza apropriando-se também do trabalho da população local, no sentido de promover sua exportação após realizar, no máximo, seu beneficiamento primário.

Para esse autor, no caso paranaense, o estabelecimento de uma economia exportadora de produtos primários extrativos, e a disposição espacial dos recursos naturais então valorizados, em muito iriam contribuir para a distribuição espacial da população. O caráter periférico e dependente da economia deste Estado sempre esteve presente na organização de seus espaços produtivos e na estruturação de suas paisagens.

Considerações finais

Em suma, observa-se que a sociedade produz e reproduz o seu espaço de acordo com as suas necessidades e com os recursos técnicos e econômicos de que dispõe. À medida que ela vai se modificando, marcas e heranças das atividades econômicas do passado vão se registrando na paisagem. Para Ribeiro (1989-a:18), estas geralmente contribuem com as atividades econômicas atuais de maneira relictual, num processo incessante de exploração e exaustão dos recursos da natureza. Fator esse característico das regiões periféricas em relação àquelas industrializadas.

Conforme Dean (1996:24), “o homem reduz o mundo natural à ‘paisagem’ - entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional”. O autor considera que as intervenções humanas na natureza quase nunca realizam as expectativas do homem e resultam, na maioria das vezes, em conseqüências negativas do ponto de vista ambiental, em decorrência da irracionalidade dos processos exploratórios.

No caso paranaense, observa-se que o apogeu das diferentes sociedades, decorrentes dos diferentes “ciclos econômicos”, ocorreu na maioria das vezes em épocas e em áreas territoriais diferentes. A exploração capitalista, voltada para o mercado

³ “O conjunto de mudanças na base técnica da produção e maior controle das condições de solo e do produto, cujos indicadores mais comuns são o uso de tratores, adubos químicos defensivos e sementes selecionadas, entre outros, indicam o processo de modernização” (Ipardes, 1983, p. 18).

externo, concorreu para o depauperamento dos recursos da natureza, os quais em sua maioria foram apropriados por capitais estrangeiros. Embora sempre num processo exploratório de exaustão dos recursos da natureza, as marcas e a herança de tais sociedades, apoiadas em diferentes recursos, contribuem ainda para a diferenciação espacial no interior do Estado, naturalmente em conjunto com as condicionantes ambientais naturais, da maneira que melhor atenda aos interesses atuais do capital.

Referências bibliográficas

- Balhana, A.P.; Machado, B.P.; Westphalen, C.M. *História do Paraná*, Curitiba: GRAFPAR, 1969. v.1.
- Barthellmess, A. Ocupação e organização do Paraná Velho. *Bol. Par. Geogr.*, 6-7:42-63, 1962.
- Carmo, J.H. do. O Paraná, sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. *Rev. Par. Desenv.*, 76:33-59, 1981.
- Corrêa, R.L. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Rev. Bras. Geogr.*, 1:87-98, 1970.
- Dean, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Duarte, A.C.; Maricato, A.T. Atividades agrárias. In. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Geografia do Brasil: grande região Sul*. Rio de Janeiro, 1968. p. 89-188. n. 4, t. 2.
- Leão, I.Z.C.C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba, IPARDES, 1989. (Coleção teses, 1)
- Maack, R. As conseqüências da devastação das matas no Estado do Paraná. *Arq. Biol. Tecnol.*, 8:437-457, 1953.
- Maack, R. *Geografia física do Estado do Paraná*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- Moro, D.A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no norte do Paraná*. Rio Claro, 1991. (Doctoral Thesis in Geography) - Universidade Estadual Paulista.
- Müller, N.L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Bol. Paul. Geogr.*, 22:55-95, 1956.
- Ribeiro, A.G. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. *Bol. Geogr.*, 1(7):16-79, 1989a.
- Ribeiro, A.G. *Paisagem e organização espacial na região de Palmas e Guarapuava*. São Paulo, 1989b. (Doctoral Thesis in Geography) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Silva, L. de O.L. e. Noções da história do desenvolvimento do Paraná. *Rev. Par. Desenv.*, 73:9-19, 1980.
- Swain, T.N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: Aubertin, C. (org.). *Fronteiras brasileiras*. Paris: ORSTOM, 1988.

Received 28 January 1998.

Accepted 26 February 1998.